

POLITICAMENTE SÓ EXISTE UM CAMINHO: GOLPISTAS DE PINDORAMA SERÃO CONDENADOS PENALMENTE

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 29 de novembro de 2024

Pindorama durante décadas lutou para consolidar sua jovem democracia. A fragilidade das instituições ficava patente a cada momento de maior tensão na arena política. Entretanto, nenhum contexto foi mais delicado e preocupante do que o intervalo de tempo entre a derrota eleitoral do Presidente Tairo Costanaro, candidato à reeleição, e a posse do opositor progressista, Lalor Inário.

A campanha foi marcada por uma altíssima temperatura. Os discursos inflamados, as notícias falsas e as ameaças veladas e explícitas de ruptura institucional dominaram praticamente toda a cena eleitoral. O apertado resultado do pleito contribuiu decisivamente para acelerar a degradação do ambiente político.

Tairo Costanaro construiu, para uma boa parte da sociedade de Pindorama, a imagem de “democrata”, “patriota” ou “vítima do sistema”. Trata-se de um processo inusitado para um personagem dos mais toscos. Afinal, Costanaro, ao longo de sua longa trajetória autoritária, defendeu o fechamento do Parlamento, lamentou o “baixo número” de mortos e torturados pela ditadura, pregou o fuzilamento de autoridades, destilou todos os tipos de ódios, discriminações e preconceitos e tratou adversários como inimigos a serem eliminados fisicamente.

Costanaro aproveitou sua estranha aceitação por dezenas de milhões de pessoas para iniciar uma cruzada contra o processo eleitoral, questionando, sem provas, a integridade das urnas e os resultados. Nos dois últimos meses no posto de Presidente da República, participou ativamente de conspirações pretorianas destinadas a romper a ordem democrática e constitucional.

A Polícia Nacional de Pindorama investigou e apontou, com depoimentos, documentos, conversas em celulares e outros meios, a existência da trama golpista. Provavelmente, o ponto mais agudo do inquérito conduzido por uma equipe de oito delegados foi o depoimento do Comandante-Geral das Forças de Defesa de Pindorama. O General Marcus Anterius Freixo Pontes, nomeado por Tairo Costanaro, relatou a reunião convocada pelo Presidente para buscar apoio para a decretação inconstitucional de Estado de Emergência, a partir de um quadro cuidadosamente provocado de “caos” social, caminho para evitar a posse do eleito, Lador Inário.

Também foi identificada uma trama para assassinar o Presidente e o Vice-Presidente eleitos antes da posse nos respectivos cargos. Esse movimento causou especial espanto na sociedade, imprensa, meios políticos e judiciais. Segundo as investigações, chegou-se a cogitar o envenenamento das referidas autoridades.

Logo depois da divulgação das investigações da Polícia Nacional, a Universidade do Progresso (UnP), localizada na capital de Pindorama, promoveu um importante evento. O Seminário “Política ontem, hoje e amanhã” contou com a participação do público acadêmico, imprensa, parlamentares, advogados e magistrados.

A conferência de encerramento do referido seminário coube ao Professor Doutor Antônio Ulisses Queiroz, principal destaque do curso de Ciência Política da Universidade do Progresso. Obviamente, quase toda a exposição realizada por Queiroz abordou a tentativa de golpe investigada pela Polícia Nacional. Esse assunto dominava as avaliações políticas na grande imprensa e nas redes sociais, justamente buscando articular os acontecimentos passados, o contexto presente e as projeções para o futuro.

Ulisses Queiroz advertiu que não tinha competência técnica para opinar sobre os aspectos jurídicos da questão. A caracterização da prática criminosa de tentativa de golpe envolveria o enquadramento dos fatos, analisados com o devido cuidado, nas hipóteses previstas em lei.

O enfoque dado na conferência final foi marcadamente político. Entre outros, dois pontos foram destacados. Primeiro, o desfecho das investigações acerca da aventura golpista. O outro aspecto tratado envolvia o controle social sobre a formação institucional dos integrantes das Forças Armadas de Pindorama.

O renomado Professor Ulisses sustentou que politicamente só existe um caminho a ser seguido. No final da trilha, os golpistas de Pindorama serão penalmente condenados. Os envolvidos na aventura de tentativa de ruptura institucional serão denunciados pelo Procurador-Geral da República de Pindorama. Na sequência, depois de um processo penal que não invadirá o ano eleitoral, o Supremo Tribunal de Justiça, por ampla maioria, condenará todos os denunciados (ou a grande maioria deles).

Segundo Antônio Ulisses, o desfecho dos processos penais no sentido das condenações obedece a um raciocínio político fácil de ser entendido. Depois de uma ampla e demorada investigação, das denúncias e das ações judiciais criminais não é politicamente viável a absolvição. Esse resultado seria um verdadeiro convite a realização de outras tramas golpistas em futuros próximos e mais distantes. Os aventureiros tomariam absolvições como demonstrações de fraquezas a serem devidamente exploradas, inclusive como argumento de convencimento para os “golpistas medrosos”.

A segunda reflexão mais importante do Professor Ulisses abordou uma espécie de mecanismo preventivo contra futuros golpismos de origem militar em Pindorama. Para o renomado acadêmico, seria preciso construir fortes mecanismos de controle social acerca da formação do ethos institucional das Forças Armadas e de seus integrantes, notadamente os oficiais mais graduados. A abordagem foi muito incisiva no sentido de que a utilização de forte poder bélico atrai um conjunto de limitações correspondentes. A visceral incorporação dos valores de respeito à democracia e completo afastamento do cenário político deveriam ser pilares fundamentais da formação militar, tão relevantes quanto as noções de hierarquia e disciplina.

